

Política

AJ22511-1

Prefeito de Pancas é encontrado morto.
O prefeito de Pancas, André Cardoso, foi encontrado morto na localidade de Córrego da Pratinha, região rural do município. **PÁG. 18**

Operação Naufrágio

DESEMBARGADORES E FAMÍLIA NA PRISÃO

Polícia desmonta esquema que envolve presidente do Tribunal de Justiça

NESTOR MÜLLER



LIMPÉZA. Policiais federais recolheram documentos e computadores na sede do Tribunal de Justiça do Estado, que ficou interdita por cerca de uma hora na manhã de ontem

Procurador queria que prisão fosse preventiva

Ministra do STJ, entretanto, concedeu apenas a prisão temporária dos envolvidos

■ O inquérito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que culminou na prisão de três desembargadores capixabas apurou a intermediação de interesses particulares perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ/ES). O objetivo era a obtenção de decisões favoráveis e outras facilidades por meio da interferência dos agentes públicos, em troca de favores e vantagens pessoais.

Apesar de o Ministério Público Federal ter entendido que os envolvidos estavam sendo presos em flagrante – o que justificaria a prisão preventiva –, a ministra relatora entendeu que a prisão temporária de alguns dos envolvidos seria suficiente para assegurar a colheita de provas e desarticular o funcionamento da organização criminoso.

Segundo o Ministério Público Federal, entre os crimes praticados estão os de falsidade ideológica, evasão de divisas, sonegação fiscal, corrupção ativa, tráfico de influência, quadrilha, entre outros. A fraude estaria relacionada com o comércio exterior.

Como havia investigados com foro privilegiado, o inquérito judicial foi aberto no STJ, pois esse tribunal é competente para investigar e processar magistrados. O subprocurador-geral da República Carlos Eduardo Vasconcelos é o membro do MPF responsável por acompanhar o inquérito, por delegação do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

dores e documentos foram levados para a sede da PF, em São Torquato, Vila Velha.

Nas investigações da Operação Naufrágio também surgiram evidências de nepotismo no tribunal, o que teria facilitado as ações da suposta quadrilha.

MANHÃ

Sem dar detalhes da operação, o superintendente da Polícia Federal no Estado, Jader Pinto Lucas Gomes falou, na manhã de ontem, sobre a ação. Os sete presos foram levados para a sede Polícia Federal, de onde seguiriam para Brasília.

Jader também confirmou que na casa de um dos suspeitos foi encontrada uma vultosa quantia de dinheiro, referindo-se ao que aconteceu na residência do desembargador Josenider Varejão. “Não tivemos como quantificar o total. Por isso, pedimos uma máquina contadora emprestada ao Banco do Brasil, para poder mensurar o valor encontrado”, disse o superintendente.

Segundo o superintendente, a ação da PF foi apenas de apoio ao STJ, em cumprimento às determinações da ministra Laurita Vaz. Ela investiga ações como a venda de sentenças por parte dos suspeitos. Já a operação Titanic investigava a importação subfaturada de veículos de luxo, pelo porto de Vila Velha.

E o salário é gordo...

R\$ 24,5 mil

■ É quanto recebe o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), desembargador Frederico Guilherme Pimentel, acusado agora de envolvimento num esquema de irregularidades na Justiça. Os demais magistrados daquele Poder, como Elpídio Duque, recebem R\$ 22,5 mil por mês.



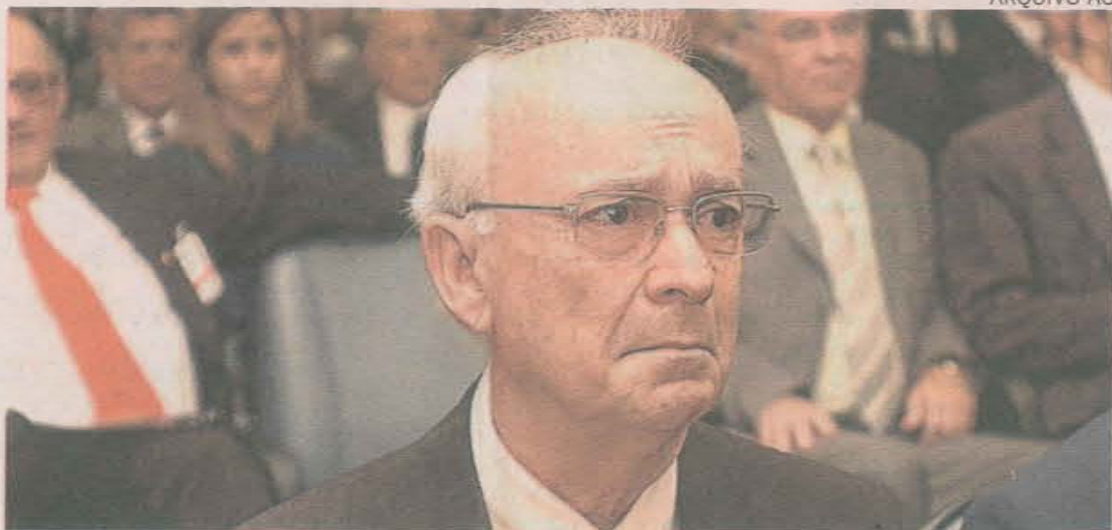
PAI E FILHO. O presidente do TJ e o juiz Frederico Luís Schaider Pimentel estão entre os presos

ARQUIVO AG



FILHO E PAI. O desembargador Elpídio José Duque e o filho, Paulo Duque, também estão detidos

ARQUIVO AG



SUSPEITO. Josenider Varejão é o terceiro desembargador na lista de presos da Federal

■ No Dia Internacional de Combate à Corrupção, a Polícia Federal prendeu ontem, no Estado, três desembargadores, entre eles o presidente do Tribunal de Justiça (TJES), Frederico Guilherme Pimentel, um juiz, dois advogados e uma funcionária do tribunal. Todos são acusados de participação num esquema de venda de sentenças na Justiça estadual.

Os outros dois desembargadores presos são Josenider Varejão Tavares e Elpídio José Duque. Na casa deste último, a PF apreendeu R\$ 500 mil em dinheiro. O filho do presidente do TJES, Frederico Luís Schaider Pimentel, que é juiz em Cariacica, a cunhada dele, Bárbara Pignaton Sarcinelli, diretora de Distribuição do tribunal, e o advogado Paulo Duque, filho do desembargador Elpídio, também foram detidos sob a acusação de envolvimento nas irregularidades. O sétimo mandado de prisão foi cumprido contra outro advogado Pedro Celso Pereira.

Uma oitava prisão ocorreu por flagrante de porte de arma de uso privativo das Forças Armadas. O procurador de Justiça Eliezer Siqueira de Souza foi encontrado pelos federais dentro do TJES com a arma, mas o tipo dela não foi especificado. Na casa dele, foram localizadas outras armas, todas recolhidas e levadas para Brasília sem que fossem apresentadas à imprensa.

A Operação Naufrágio, deflagrada ontem pela Polícia Federal, cumpriu 24 mandados de busca e apreensão. A prisão é temporária e válida por cinco dias. A ação teve início por volta das 6 horas, e foi desencadeada a partir da Operação Titanic.

Por volta das 7 horas, equipes de policiais cumpriram mandatos de busca e apreensão na sede do TJES, em Vitória. Os policiais permaneceram no local por cerca de uma hora, segundo a assessoria do órgão. Durante a operação, funcionários do tribunal foram impedidos de assumir os postos de trabalho. Computa-

Operação Naufrágio

Como foi a operação Naufrágio

Policiais da divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal de Brasília cumpriram ontem

24 mandados de busca e apreensão

7 de prisão temporária

Os detidos

Desembargadores

- **Frederico Guilherme Pimentel** - presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)
- **Elpídio José Duque**
- **Josenider Varejão Tavares**

Juiz

- **Frederico Luís Schaidt Pimentel** - filho do presidente do Tribunal de Justiça

Advogados

- **Paulo Duque**
- **Pedro Celso Pereira**

Funcionária do TJES

- **Bárbara Pignaton Sarcinelli** - cunhada de Frederico Pimentel Júnior

• Eliezer Siqueira - Procurador de Justiça

Não havia mandado de prisão contra ele. No entanto, foi preso após a PF encontrar com ele uma arma, mas não irá para Brasília.



Apuração

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília investiga, desde abril, a possível participação de magistrados e advogados e uma servidora pública do Estado em um esquema de venda de sentenças. O inquérito tramita em segredo de Justiça no STJ.



Nepotismo

As investigações apontaram sinais de que familiares de magistrados facilitavam a ação dos envolvidos. Todos são suspeitos de terem cometido crimes contra a administração pública e a administração da Justiça



Dinheiro

Na casa do desembargador Elpídio José Duque, durante a apuração, a PF encontrou uma quantidade tão grande de dinheiro que os policiais precisaram pedir ao Banco do Brasil uma máquina para a contagem de cédulas



Tribunal

Pela manhã, policiais federais estiveram na sede do Tribunal de Justiça. Funcionários e pessoas que foram para o local desde as 7h, quando o órgão abre as portas, não puderam entrar. As portas da garagem e principal do TJES foram fechadas. Policiais apreenderam computadores e documentos



Viagem

Os presos da operação foram levados para Brasília, onde a investigação foi desenvolvida por causa do foro especial dos desembargadores



Seqüência

A operação é uma continuação da Operação Titanic, que desmontou um esquema ilegal de compra e venda de veículos importados

O ESQUEMA



Fonte: Polícia Federal

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Polícia usou máquina para contar R\$ 500 mil na casa de Elpídio

PF não sabia a origem do dinheiro. Também foram apreendidos documentos e um carro Mercedes

■ A ação da Polícia Federal dentro da casa do desembargador Elpídio José Duque durou cerca de 8h30 - período que o magistrado permaneceu no local. Além de apreender R\$ 500 mil em dinheiro vivo e documentos, um carro Mercedes - que segundo vizinhos, pertenceria ao filho do magistrado, o advogado Paulo Duque -, foi levado para a sede da Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha.

garagem, foi colocado em um dos veículos. Elpídio saiu no segundo carro. De acordo com as Agências O Globo e Estado, na casa do desembargador foram encontrados R\$ 500 mil em dinheiro vivo, a PF ainda não sabia a origem do dinheiro. Os policiais federais precisaram requisitar ao Banco do Brasil uma máquina para fazer a contagem das cédulas. Elpídio chegou à sede da PF por volta das 15 horas.

No início da tarde, os advogados de Elpídio, Delano Câmara e Raphael Câmara, chegaram à casa do magistrado às 13h15 para acompanhar os trabalhos da polícia. Pouco antes das 14 horas, deixaram o local. Segundo Delano, ele não teve tempo para con-



FOTOS: RICARDO MEDEIROS

■ A ação da Polícia Federal dentro da casa do desembargador Elpídio José Duque durou cerca de 8h30 – período que o magistrado permaneceu no local. Além de apreender R\$ 500 mil em dinheiro vivo e documentos, um carro Mercedes – que segundo vizinhos, pertenceria ao filho do magistrado, o advogado Paulo Duque –, foi levado para a sede da Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha.

Os policiais chegaram à residência de Elpídio, no Bairro Santa Cecília, em Vitória, por volta das 6 horas. Eles deixaram o local, às 14h40, em dois carros descaracterizados. Num deles estava o magistrado.

Dez minutos antes, para evitar que a imprensa fizesse imagens de Elpídio e do material apreendido – pelo menos um malote e uma caixa de paleão fechada –, os policiais retiraram os dois veículos que estavam na garagem da casa e, em seguida, entraram com os dois carros descaracterizados. O material apreendido, que estava próximo à



LUXO. Segundo vizinhos, o Mercedes é do filho de Elpídio

encontrados R\$ 500 mil em dinheiro vivo, a PF ainda não sabia a origem do dinheiro. Os policiais federais precisaram requisitar ao Banco do Brasil uma máquina para fazer a contagem das cédulas. Elpídio chegou à sede da PF por volta das 15 horas.

No início da tarde, os advogados de Elpídio, Delano Câmara e Raphael Câmara, chegaram à casa do magistrado às 13h15 para acompanhar os trabalhos da polícia. Pouco antes das 14 horas, deixaram o local. Segundo Delano, ele não teve tempo para conversar com Elpídio. “Não sei qual é a acusação. O delegado se limitou a dizer que estava fazendo o papel dele. Mas Elpídio está tranquilo e sereno”. Como só teve acesso à decisão do Superior Tribunal de Justiça por volta das 17h30, o advogado explicou que ia analisar o documento para saber que medida a defesa tomará

No final da manhã a reportagem também esteve em frente à casa do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, em Jardim da Penha, Vitória. Vizinhos disseram que até às 10h30 policiais estavam no local.



DETIDO. Elpídio chegou à sede da Polícia Federal por volta das 15 horas, em um carro descaracterizado

No currículo, a cassação de Gratz

Desembargador chegou a receber a mais alta comenda do governo estadual após decisão inédita

■ Um dos detidos pela Polícia Federal na Operação Naufrágio, o desembargador Elpídio José Duque ganhou notoriedade após cassar o registro de candidato do então deputado José Carlos Gratz, em novembro de 2002.

Com a decisão, quando foi aceita uma ação do Ministério Público Eleitoral, Gratz não pôde assumir um novo mandato, perdeu o foro privilegiado e passou a respon-

der na Justiça comum aos diversos processos de que é alvo. Foi a primeira condenação contra o ex-presidente da Assembléia Legislativa.

O magistrado chegou a ser condecorado, em 2004, com a comenda Jerônimo Monteiro, a insígnia de mais alto grau do governo estadual, a mesma oferecida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas visitas ao Estado.

Na época, Elpídio era juiz de primeira instância e também juiz eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A partir daí, ele passou a ser o mais cotado para ser eleito desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) pelo

critério de antigüidade.

Em fevereiro de 2005, Elpídio chegou finalmente ao TJES, escolhido por unanimidade, em uma sessão concorrida no Tribunal, na presença de dezenas de juizes, empresários, políticos e representantes do Ministério Público.

PARENTES

Já como desembargador, no entanto, ele concedeu várias liminares a parentes de magistrados que teriam de ser demitidos por determinação do Conselho Nacional de Justiça. O órgão proibiu o nepotismo no Judiciário.

Em outras decisões consideradas polêmicas, Elpídio tam-

bém concedeu liminares a deputados estaduais alvos de processos na Justiça e na Assembléia. Chamados de mensalistas, os parlamentares foram acusados de receber dinheiro desviado do Legislativo.

Por fim, em fevereiro de 2006, o magistrado negou recurso apresentado pelo Ministério Público Estadual que pedia o afastamento de seis vereadores de Linhares.

Os parlamentares haviam conseguido uma decisão inédita no Estado, em primeira instância, para continuarem no cargo, desrespeitando o corte de vagas nas câmaras de todo o país determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

+ OPERAÇÃO NAUFRÁGIO

CATEGORIA SE PRONUNCIA AMB quer apuração rigorosa do caso

■ O presidente da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), Mozart Valadares Pires, pediu apuração rigorosa para a Operação Naufrágio, que levou para a cadeia o presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Pimentel, o desembargador Elpídio José Duque e outros membros do Poder Judiciário. Mozart isentou a AMB de relação com os acusados de corrupção, mas pediu respeito aos direitos.

NOVO DESEMBARGADOR Josenider chegou ao TJES há um ano

■ O desembargador Josenider Varejão Tavares foi eleito pelo critério da antigüidade e tomou posse no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) em dezembro do ano passado. Josenider advogou em causas cíveis e criminais e ingressou na magistratura em 1981. Antes de se tornar desembargador, foi juiz titular da 10ª Vara Criminal de Vitória, especializada em crimes de trânsito.

Saiba como foi a Operação Titanic

■ **Início.** A Operação Titanic, que teve este nome porque os produtos com preços subfaturados eram trazidos para o Brasil em navios, começou janeiro do ano passado.

■ **Lancha.** Inicialmente, a Polícia Federal (PF) estava investigando a compra de uma lancha – que pertencia ao traficante colombiano Juan Carlos Abadia – pelo dono da empresa Tag, o capixaba Adriano Mariano Scopel.

■ **Prisões.** No dia 7 de abril, a PF prendeu 23 pessoas

em três Estados, acusadas de participar de um esquema de sonegação fiscal, tráfico de influência e corrupção de servidores públicos que resultou em prejuízos de cerca de R\$ 7 milhões aos cofres públicos em 2007.

■ **Como funcionava.** De acordo com as investigações, o esquema era comandado por Adriano Mariano Scopel e seu pai, Pedro Scopel, que importavam dos Estados Unidos, Alemanha e Canadá carros, motos e produtos eletroeletrônicos

subfaturados com a suposta conivência de auditores fiscais da Receita Federal.

■ **Foram soltos após prestar depoimento.** Aldeni Avelar Portela Silva, Maurenice Gonzaga de Oliveira, Moacir Alves da Silva, Fabiano Fonseca Furtado Mendonça, Eduardo Sayegh, Jorge de Oliveira, Orozimbo Antônio de Freitas, Pedro Scopel, Aguilair de Jesus Bourguignon, Rodolfo Bergo Legnaioli, Fernando Silva do Couto, Max Pimentel de Almeida Marçal, Alessandro Stockl, Alberto Oliveira da

Silva, Edcarlos Tibúrcio, Ronaldo Benevidio dos Santos, Rogério Moreira, Alessandro Cassol Zabott e Ivo Júnior Cassol.

■ **Acusações.** A quadrilha foi denunciada pelo Ministério Público pelas acusações de corrupção de servidores públicos, contabilidade fictícia, inserção de informações falsas em contratos de câmbio que causaram evasão de divisas, descaminho, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Operação Naufrágio

Tribunal fica com imagem denegrida, diz vice-presidente

RICARDO MEDEIROS

Surpreso com as prisões, Bourguignon não deve determinar o afastamento dos membros suspeitos

ISABELA BESSA

■ ■ Com a prisão temporária do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Frederico Guilherme Pimentel, assumiu interinamente essa função o vice-presidente, desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon. No final da tarde de ontem, ele falou à imprensa sobre as detenções e relatou como foi a atuação da Polícia Federal na instituição.

Bourguignon se disse surpreso com os acontecimentos e lamentou a prisão dos colegas. "O fato em si denigre o Poder Judiciário e faz com que o Tribunal demore mais tempo para reconstruir sua imagem, independentemente da culpa ou da inocência dos envolvidos", disse o magistrado. Ele espera que a apuração demonstre a inocência dos investigados.

Mesmo com os afastamentos causados pelas prisões, Bourguignon garantiu que a instituição funcionará normalmente, e as sessões de julgamento não sofrerão prejuízos. O Tribunal deve convocar juízes substitutos para assumirem temporariamente as posições.

O presidente em exercício disse que não há subsídios para adotar medidas administrativas, como o afastamento dos membros, a possível anulação de sentenças, a suspeição em processos e a instauração de procedimentos disciplinares. "O processo corre em sigilo e desconheço os termos do inquérito. Para adotarmos qualquer medida precisamos de dados concretos", destacou Álvaro Bourguignon.

NOTIFICAÇÃO

Até o final da tarde de ontem, o TJES não havia sido oficialmente notificado ou havia recebido informações relacionadas à decisão que determinou as prisões temporárias. Por volta das 7 horas, entretanto, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz ligou para Bourguignon para comunicar as determinações e pedir a compreensão e colaboração do desembargador.

"Cheguei ao TJES perto das 8 horas. As buscas foram realizadas e atendemos a tudo o que foi pedido. Não houve a necessidade de arrombar portas", frisou Bourguignon, que acompanhou as cinco equipes da Polícia Federal. Ele confirmou que foram vistoriados os gabinetes de Frederico Guilherme Pimentel, Elpidio José Duque e Josenider Varejão Tavares, além do setor de distribuição de



ENTREVISTA. Álvaro Bourguignon reconheceu que a imagem da Justiça ficou comprometida

processos, comandado pela servidora efetiva Bárbara Sarcinelli. A Polícia Federal permaneceu no prédio por cerca de duas horas colhendo provas.

De acordo com o presidente em exercício, os envolvidos estão sendo acompanhados por membros da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) e por advogados.

“O fato em si denigre o Poder Judiciário e faz com que o Tribunal demore mais tempo para reconstruir sua imagem”

“O processo corre em sigilo de Justiça. Para adotarmos qualquer medida, precisamos de dados concretos”

ÁLVARO BOURGUIGNON

Os enrolos da Justiça

■ **Mais casos de desembargadores presos pela Polícia Federal**

■ **Operação Hurricane.** Entre os 25 presos durante a Operação Hurricane (furacão, em inglês), da Polícia Federal, em abril de 2007, estavam o ex-vice-presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª Região, desembargador federal José Eduardo Carreira Alvim; o desembargador federal José Ricardo de Siqueira Regueira, também do TRF da 2ª Região; e o juiz Ernesto da Luz Pinto Dória, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região. A operação, que desmontou um esquema de venda de sentenças judiciais a pessoas ligadas à máfia dos caça-níqueis, foi iniciada em 13 de abril de 2007 em São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

■ **Operação Dominó.** Envolvidos no esquema de desvio de recursos em Rondônia, o desembargador Sebastião Teixeira Chaves, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o juiz José Jorge Ribeiro da Luz e o procurador de Justiça José Carlos Vitachi foram presos na Operação Dominó, deflagrada no dia 4 de agosto de 2006 pela Polícia Federal. O esquema envolvia autoridades dos três Poderes do Estado. As investigações começaram um ano antes, com autorização do STJ.

Cunhada de juiz entre os presos

Nota do Ministério Público aponta “evidências” de nepotismo no Tribunal de Justiça

■ Na nota apresentada à imprensa ontem, o Ministério Público Federal destacou que as investigações da Operação Naufrágio apontaram evidências de nepotismo no Tribunal de Justiça, “expediente que teria servido como elemento facilitador das ações delituosas da suposta quadrilha”.

Diálogos autorizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sugeriram a possibilidade de ter havido manipulação de concurso público para o cargo de juiz de Direito do TJ/ES, para viabilizar o ingresso de familiares de desembargadores.

A nota do Ministério Público não cita nomes. Duas famílias, a Pimentel e a Duque, concentram cinco das pessoas presas ontem pela Polícia Federal. Um dos detidos é a di-

retora judiciária de Distribuição, Bárbara Pignaton Sarcinelli. Ela é funcionária concursada do Judiciário, mas ocupa uma função gratificada no tribunal.

Bárbara é cunhada do juiz Frederico Luís Pimentel, que, por sua vez, é filho do presidente do Tribunal de Justiça.

De acordo com informações obtidas pela reportagem, não há proibição para que um funcionário efetivo, parente de desembargador, ocupe cargos de chefia no órgão. A proibição valeria apenas para os comissionados.

Na Polícia, há informações de que outros desembargadores, juizes e empresários foram investigados pela Operação Naufrágio. Segundo o Ministério Público Federal, os investigados que são alvos de prisão temporária estão recebendo cópia integral da decisão da ministra Laurita Vaz, e cópias digitalizadas da íntegra do inquérito judicial estarão à disposição dos investigados ou seus advogados na Secretaria da Corte Especial do STJ.



SOCIALITE. Bárbara Sarcinelli sempre foi destaque em eventos sociais e no trabalho administrativo do Judiciário

Pimentel tinha medalha reservada

Presidente do Tribunal está na lista dos que receberão comenda do mérito do Ministério Público

■ Preso ontem na Operação Naufrágio, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), desembargador Frederico Guilherme Pimentel, seria um dos homenageados com a comenda Medalha do Mérito do Ministério Público do Estadual (MPES).

A comenda será entregue na próxima sexta-feira, às 16 horas, para oito autoridades. Ela é um reconhecimento do MPES a personalidades ou instituições que contribuíram para o fortalecimento e o aperfeiçoamento de suas funções institucionais em defesa da ordem jurídica, da democracia e dos interesses individuais e sociais.

Frederico Pimentel está à frente do Tribunal de Justiça desde dezembro de 2007, quando tomou posse. Ele foi eleito com o voto de 22 desem-

bargadores. No discurso de posse, ele chegou a citar a transparência no Judiciário.

“Não basta haver Judiciário, é necessário um Judiciário que decida. Não basta haver decisão judicial, é necessária uma decisão judicial justa, é necessário, ademais, que o povo tenha acesso a estas decisões judiciais justas”, disse ele, na ocasião.

Nascido em São Mateus, o desembargador completou 67 anos no último domingo. Pai de quatro filhos, um deles também preso ontem, Pimentel é formado na Faculdade de Direito de Vitória, onde estudou entre 1960 e 1964, e foi promovido a desembargador, por antiguidade, em 1994.

Já atuou como advogado especialmente na área do trabalho e agrário, e foi juiz em várias cidades como Domingos Martins, Mimoso do Sul, Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Pancas, Cariacica e Muqui. Nos anos de 2004 e 2005, foi corregedor-geral da Justiça, órgão que consiste na orientação e fiscalização sobre todos os juizes.

Operação Naufrágio

FÁBIO VICENTINI



Envolvidos são levados a Brasília para depor

■ O presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Guilherme Pimentel, os desembargadores El-pídio José Duque e Josenider Vazejão Tavares, e os outros presos embarcaram num avião da Força Aérea Brasileira, às 18h30, rumo a Brasília. A operação, coordenada pela Diretoria de Inteligência da PF, em Brasília, teve apoio de 20 policiais do Distrito Federal, em suporte aos capixabas. Até às 23 horas de ontem ainda não havia informações sobre o local que os presos passariam a noite. Tanto na sede da Polícia Federal quanto na Superintendência da PF as informações eram de que os detidos não tinham dado entrada nesses locais.

Procurador detido com armas não tinha mandado de prisão

GABRIEL LORDÉLLO

Eliézer de Souza tinha em seu poder armas de fogo e munição de calibre restrito, segundo a Federal

FELIPE QUINTINO
fquintino@redgazeta.com.br

■ O procurador de Justiça Eliézer Siqueira de Souza, um dos presos ontem, chegou a concorrer em fevereiro deste ano ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público Estadual (MPES). A corregedoria tem a função de fiscalizar as atividades funcionais e a conduta profissional dos membros do MPES.

Não havia mandado de pri-



Praça Oito

ANDRÉIA LOPES
alopes@redgazeta.com.br
Blog: <http://gazetaonline.globo.com/blogpracaioito>
TEL.: 3321-8517 / FAX: 3321-8633



Os naufragos

Para muitos ainda existe a impressão de que a Justiça é intocável, mas a Operação Naufrágio da Polícia Federal atingiu o coração deste Poder no Estado, mostrando que ninguém está acima da lei: prendeu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Pimentel Filho e a diretora de Distribuição do TJES, Bárbara Sarcinelli - cunhada de Fredinho -, além de outros dois desembargadores e dois advogados - o grupo, segundo as investigações, atuaria numa suposta quadrilha.

A operação foi audaciosa. Prisão de autoridades não chega a ser uma novidade na complicada vida política do Espírito Santo. A própria PF ganhou notoriedade nos últimos anos ao prender figurões da política e também do Judiciário, em ações que ganharam tons espetaculares. Em Rondônia, por exemplo, a Operação Dominó também prendeu o presidente do Tribunal de Justiça. Mas quem imaginava ver o desembargador Frederico Pimentel e seu filho presos - e ainda por cima ao lado de outros dois desembargadores? Nunca antes na história do Judiciário capixaba se viu um escândalo como esse.

O inquérito judicial ainda está em fase de investigação, mas as acusações são gravíssimas: tratam da suposta venda de sentenças, o que lançou uma enorme interrogação sobre a atuação de integrantes de um Poder que, em tese, deveria tratar todos como iguais. Independentemente da culpa ou inocência dos envolvidos, vai levar tempo para reconstruir a imagem do Judiciário capixaba - como admitiu ontem o presidente em exercício

tiça, Tarso Genro, ao comentar a operação realizada no Espírito Santo, destacou o tom mais discreto que a PF - tão criticada na Operação Satiagraha - adotou desta vez. Ele também assinalou que ações como essa demonstram que não há discriminação no cumprimento de mandados judiciais.

Mas antes que se crie qualquer julgamento antecipado, é preciso lembrar que a prisão dos sete investigados é temporária, válida por cinco dias, podendo ser prorrogada. Esse tipo de prisão não quer dizer que o grupo em questão é culpado. Trata-se de um procedimento que permite que a autoridade judicial tenha acesso a provas. A busca e apreensão de documentos ontem teria incluído, além da sede do TJES e da casa dos investigados, diversos escritórios de advocacia.

Coincidências: a Operação Naufrágio aconteceu um dia após o Dia da Justiça, exatamente no Dia Internacional e Estadual Contra a Corrupção e dois dias após o aniversário do presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Guilherme Pimentel

Então, para que em menos de uma semana não surja na sociedade uma certa sensação de aparente impunidade, o que se espera é uma investigação rápida, isenta e que a Justiça realmente seja feita. Porque uma

■ O procurador de Justiça Eliézer Siqueira de Souza, um dos presos ontem, chegou a concorrer em fevereiro deste ano ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público Estadual (MPES). A corregedoria tem a função de fiscalizar as atividades funcionais e a conduta profissional dos membros do MPES.

Não havia mandado de prisão contra o procurador. O procedimento era somente de busca e apreensão. No entanto, ele foi preso em flagrante por porte ilegal de arma. Foram encontradas em sua posse armas de fogo e munição de calibre restrito, segundo confirmou a Polícia Federal.

Siqueira não foi levado para Brasília. Até o fechamento da edição, ele continuava detido na sede da Polícia Federal em Vila Velha. A defesa terá que entrar com pedido de relaxamento de prisão para que ele possa se defender em liberdade. O procurador pode responder a processo criminal.

Do gabinete do procurador, onde os policiais estiveram pela manhã, foram apreendidos cópias de documentos e HD de três computadores. Os mate-



COMUNICAÇÃO. Fernando Zardini aguarda informações para se posicionar sobre os fatos

riais serão periciados. Sobre o suposto envolvimento de Siqueira de Souza com o esquema, o procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini, afirmou que vai aguardar a documentação para avaliar as medidas que podem ser tomadas. "No âmbito da nossa atribuição, aquilo que for necessário ser feito, nós faremos. Agora, nós vamos aguardar a comunicação dos órgãos que estão à frente dessa investigação para que a gente possa se posicionar", disse.

Zardini não descarta a possibilidade de abertura de pro-

“No âmbito da nossa atribuição, aquilo que for necessário ser feito, nós faremos. Nós vamos aguardar a comunicação dos órgãos que estão à frente dessa investigação”

FERNANDO ZARDINI

cedimento administrativo. "Mas isso vai depender das informações". O procedimento correria na corregedoria, onde Siqueira concorreu ao comando do órgão. Ele foi derrotado, na votação interna, para atual corregedora-geral, Elda Moraes Spedo, e ficou como suplente. "Por hora, nenhuma informação chegou ao MPES", disse ela. Siqueira de Souza tomou posse como promotor de Justiça substituto em 1984. Ele atuou nas promotorias de Itaguaçu, Itarana, Colatina e Grande Vitória.

Tarso elogia Polícia Federal pela ação e "cumprimento do manual"

Ministro da Justiça garante fim do tom espetacular das ações policiais ao comentar caso do ES

BRASÍLIA

■ O ministro Tarso Genro (Justiça) disse ontem que a operação da Polícia Federal que prendeu o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Pimentel, e mais sete pessoas, mostra a sua isenção e também o fim do tom espetacular das ações policiais.

Tarso elogiou as prisões e afirmou que elas foram realizadas com conhecimento do Ministério Público e do STJ.

"É um processo exemplar. Não houve espetacularidade. Depois daquele episódio nega-

tivo que tivemos, a Polícia Federal tem tido uma preocupação muito grande com o cumprimento do manual", disse.

SEM DISCRIMINAÇÃO

Segundo Tarso, a operação realizada no Espírito Santo comprova que não há discriminação no cumprimento de mandados judiciais. Para o ministro, a Polícia Federal trata a todos de forma "igualitária". "A Polícia Federal não tem critérios de classe nem do tratamento da burocracia no aparato do Estado, cumpre decisões do Supremo e trata todo mundo de forma igualitária, seja o que se refere à exposição pública, seja na forma que se refere à prisão, há uma súmula vigente, que determina a máxima de preocupação em relação ao uso da algema", afirmou.



ABR

A avaliação do governo federal

“É um processo exemplar. Não houve espetacularidade. A Polícia Federal tem tido preocupação muito grande com o cumprimento do manual”

TARSO GENRO MINISTRO DA JUSTIÇA

cançado como esse. O inquérito judicial ainda está em fase de investigação, mas as acusações são gravíssimas: tratam da suposta venda de sentenças, o que lançou uma enorme interrogação sobre a atuação de integrantes de um Poder que, em tese, deveria tratar todos como iguais. Independentemente da culpa ou inocência dos envolvidos, vai levar tempo para reconstruir a imagem do Judiciário capixaba – como admitiu ontem o presidente em exercício do TJES, desembargador Álvaro Bourguignon.

Também é importante observar que, embora a Operação Naufrágio seja da Polícia Federal, foi uma ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quem determinou essas prisões, com base no inquérito judicial instaurado naquela Corte. Houve, portanto, um respaldo de uma instância superior do próprio Judiciário, um Poder que geralmente é visto como corporativista. Para se ter idéia de como a decisão é impactante, basta lembrar que a máxima punição administrativa para um juiz que comete irregularidades é a aposentadoria compulsória – que significa receber um bom salário pelo resto da vida, mas sem precisar trabalhar.

O próprio ministro da Jus-

tas após o aniversário do presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Guilherme Pimentel

Então, para que em menos de uma semana não surja na sociedade uma certa sensação de aparente impunidade, o que se espera é uma investigação rápida, isenta e que a Justiça realmente seja feita. Porque uma Justiça frágil, sob permanente suspeita, só atende aos infratores da lei. Por outro lado, uma Justiça que não corrige seus eventuais erros passa uma falsa segurança, e pode ser ainda mais danosa à sociedade.

Cena política

■ O clima era de apreensão ontem na Polícia Federal, mas também houve momentos de descontração. Principalmente quando a capixaba Sheila Almeida, que ganhou fama por conta dos implantes de silicone nos seios, apareceu por lá para pegar o passaporte do filho, que vai morar nos Estados Unidos.

■ Os três poderes. Há coisas que parecem só acontecer no Espírito Santo. Um governador do Estado quase foi cassado por corrupção, em 2001. Depois o então presidente da Assembléia Legislativa foi preso. No Tribunal de Contas do Estado, o ex-presidente daquele órgão foi afastado do cargo. Agora o presidente do Tribunal de Justiça foi preso pela Polícia Federal.

■ Lembra-se disso? Nunca na história deste Estado parte da cúpula do Judiciário foi presa, mas não é a primeira vez que este Poder se vê envolvido em denúncia de venda de sentença. São casos diferentes, mas as investigações sobre o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho apontam que ele teria descoberto esse mesmo tipo de prática na Vara de Execuções Penais, na época

comandada pelo juiz Antonio Leopoldo Teixeira.

■ Burburinho. Na sessão de ontem na Assembléia Legislativa, nenhum deputado comentou sobre a prisão dos desembargadores. Nos corredores da Casa, entretanto, o tititi era esse. Alguns se mostraram surpresos, principalmente entre aqueles que foram à festa de aniversário de Frederico Pimentel, sexta passada, no Tribunal de Justiça. Outros, não se sabe exatamente por que motivo, não se espantaram tanto.

■ Tratamento vip. Os jornalistas passaram o dia inteiro de plantão do lado de fora da PF aguardando a saída dos presos da Operação Naufrágio. Mas a assessoria daquela instituição caprichou: providenciou água, cafezinho e até pão com queijo para os coleguinhas.

Operação Naufrágio

Hartung defende punição de culpados "doa a quem doer"

CARLOS ALBERTO SILVA

Governador considerou de "grande gravidade" apuração que envolve várias autoridades do Estado

■ O governador Paulo Hartung declarou na noite de ontem as investigações do Ministério Público Federal, que culminaram com a prisão de membros do judiciário capixaba, é de grande gravidade e os culpados devem ser punidos, caso as acusações sejam comprovadas no decorrer das apurações.

"É uma investigação em curso que traz elementos de grande gravidade em relação a questões ligadas a sentenças judiciais e outras práticas. Construimos no Estado uma coesão em direção a uma verdade, independentemente de quem a atinja. Concluindo esse processo, tem que se mostrar os responsáveis pela prática ilícita e punir a quem seja, doa a quem doer", afirma Hartung.

Hartung disse ainda que a imagem do Tribunal de Justiça "não vai ficar nada bonita" se as atitudes daqui pra frente não forem proporcionais ao que as investigações trouxeram a tona. "As instituições públicas não pertencem a seus ocupantes. Sejam eles eleitos ou provenientes de concursos públicos. Essa crise é uma grande oportunidade para o Estado crescer, ganhando a admiração da população", disse o governador.

Hartung declarou ainda



CRISE. Hartung se reuniu ontem com o presidente em exercício do Tribunal de Justiça e com o chefe do Ministério Público

que, mesmo o processo estando em segredo de Justiça, as informações oficiais divulgadas até o momento são contundentes, visto os aspectos que foram evidenciados no transcorrer da operação desencadeada na Grande Vitória ontem.

O governador se reuniu durante a noite de ontem com o presidente interino do Tribunal de Justiça, desembargador

Álvaro Bourguignon e o Procurador Geral do Ministério Público, Fernando Zardine. Hartung declarou que o Executivo estará a disposição para ajudar nas investigações, caso seja solicitado.

VICE

Antes do pronunciamento de Hartung, O vice-governador Ricardo Ferraço também comentou as prisões de

“As instituições públicas não pertencem a seus ocupantes. Sejam eles eleitos ou provenientes de concursos públicos”

PAULO HARTUNG
GOVERNADOR

autoridades capixabas. Na ocasião, ele declarou que foi uma surpresa a prisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Frederico Guilherme Pimentel.

"O Estado recebeu a notícia com surpresa e perplexidade. Evidentemente que essas condutas não fazem parte desse novo Espírito Santo que estamos construindo", declarou.

Assembléia Deputados aprovam orçamento para 2009

A peça orçamentária, que estima a receita e fixa as despesas do Estado, é no valor de R\$ 11,5 bilhões

■ A Assembléia Legislativa aprovou em plenário, na sessão ordinária de ontem, o parecer da Comissão de Finanças sobre o projeto de lei orçamentária apresentado pelo governo estadual, que estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício financeiro de 2009, no valor de R\$ 11,5 bilhões.

O deputado Sérgio Borges (PMDB), presidente da Comissão de Finanças e relator da peça orçamentária, rejeitou os destaques feitos às emendas dos parlamentares Theodorico Ferraço (DEM), Aparecida Denadai (PDT) e Euclério Sampaio (PDT).

Apenas os três votaram pela aprovação dos destaques, enquanto os outros 20 deputados presentes acompanharam o voto do relator. Das 736 emendas propostas pelos parlamentares, foram aprovadas 590, bem como 18 sub-emendas adicionadas ao texto.

Na sequência, o orçamento foi colocado em votação e aprovado, com 23 votos a favor e uma abstenção, de Euclério Sampaio.

Após a votação, Borges usou a tribuna para dar os parabéns aos colegas pela aprovação do parecer. O líder do governo na Casa, Elcio Alves (DEM), também subiu à tribuna para agradecer aos demais pela aprovação.

ABONOS

Na sessão de ontem, os deputados também aprovaram o abono de R\$ 700,00 que será concedido aos servidores públicos da Assembléia, do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Justiça e do Tri-

OAB não descarta processo contra advogados detidos



OAB não descarta processo contra advogados detidos

VICE
Antes do pronunciamento de Hartung, O vice-governador Ricardo Ferragó também comentou as prisões de

Em nota, entidade afirma que vai analisar possíveis medidas disciplinares ao conhecer denúncias

■ A Ordem dos Advogados do Brasil secciona Espirito Santo (OAB-ES) se manifestou ontem, em nota oficial, sobre as prisões envolvendo advogados e servidores do Poder Judiciário capixaba. Genêlhu diz ter tomado conhecimento de acusações que perbargadores com o esquema, a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) não se posicionou de forma oficial sobre o caso.

Evento alerta sobre corrupção



ARQUIVO
Rafael Simões espera apuração "rápida e justa"

No dia das prisões, Ministério Público Estadual celebrou Dia Internacional de Combate à Corrupção

■ Em meio às prisões ontem de desembargadores, juiz, advogados e servidores da Justiça, foi realizada no Estado a programação da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?".

Ministério Público Estadual (MPES) no clube Alvares Cabral, fez parte do dia Dia Internacional e Estadual de Combate à Corrupção, celebrado ontem, 9 de dezembro. A maior parte do público foi formada por crianças e adolescentes. Com apresentação do ex-integrante da banda Minimal Fabio Carvalho, o evento contou com apresentações culturais, além da participação da escola de samba Mocidade Unida da Glória (MUG). "Você gosta da corrupção? Eu não. Isso é coisa de ladrão", cantava os garotos,

provenientes de concursos públicos"
PAULO HARTUNG
GOVERNADOR
mos construindo", declarou.



Evidentemente que essas condutas não fazem parte desse novo Espírito Santo que estamos construindo"
RICARDO FERRAÇO
VICE-GOVERNADOR



"OAB pode a qualquer juízo de valor sobre a operação que, de resto, corre em segredo de justiça"
ANTÔNIO GENELHU
PRESIDENTE DA OAB-ES

Ranking aponta grau de corrupção

País aparece entre os países com pior nota sobre influência de meios ilícitos para obtenção de negócios

LONDRES
■ Companhias baseadas nos maiores países emergentes são as que mais praticam corrupção quando fazem negócios no exterior. A conclusão é apresentada em relatório da Transparência Internacional. Os cinco países ocupados por países em desenvolvimento. Entre as 22 nações analisadas, a Rússia obteve a pior nota (5,9), juntamente com China (6,5), México (6,6), Índia (6,8) e Brasil (7,4). "O indicador da evidência de que companhias de países estrangeiros usam a corrupção para conseguir negócios no exterior, apesar de sabermos do impacto prejudicial sobre a reputação corporativa", disse.

País aparece entre os países com pior nota sobre influência de meios ilícitos para obtenção de negócios
LONDRES
■ Companhias baseadas nos maiores países emergentes são as que mais praticam corrupção quando fazem negócios no exterior. A conclusão é apresentada em relatório da Transparência Internacional. Os cinco países ocupados por países em desenvolvimento. Entre as 22 nações analisadas, a Rússia obteve a pior nota (5,9), juntamente com China (6,5), México (6,6), Índia (6,8) e Brasil (7,4). "O indicador da evidência de que companhias de países estrangeiros usam a corrupção para conseguir negócios no exterior, apesar de sabermos do impacto prejudicial sobre a reputação corporativa", disse.

ABONOS
Na sessão de ontem, os deputados também aprovaram o abono de R\$ 700,00 que será concedido aos servidores públicos da Assembleia, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado.

Além disso, o plenário manteve o veto do Executivo ao projeto de Lei da deputada Janete de Sá (PMN), que proíbe o comércio varejista de funcionar aos domingos e feriados.

Vitória devolve R\$ 3,6 milhões
A Câmara de Vitória devolveu ontem R\$ 3,6 milhões aos cofres da Prefeitura, dinheiro economizado ao longo deste ano. Considerando que o orçamento previsto para a Casa em 2008 era de R\$ 19 milhões, a economia foi de 18,94%.

O presidente da Câmara, vereador Alexandre Passos (PT), destacou que a devolução resultou de um esforço administrativo que tem se repetido nos últimos quatro anos - desde que ele assumiu a presidência da Casa. Ele afirma que o "enxugamento" nos gastos não implicou em redução dos investimentos, que, ao contrário, foram aumentado no período, com a valorização dos servidores. De fato, a devolução de parte do orçamento tem sido uma constante nos últimos anos na Câmara de Vitória. Em 2007, foram devolvidos R\$ 4,5 milhões. Em 2006, foram R\$ 5 milhões. No ano anterior - quando Alexandre assumiu -, foram R\$ 6,1 milhões. Segundo informações da assessoria da Câmara, o prefeito João Coser (PT) agradeceu a devolução da verba e ressaltou o exemplo dado pelo Legislativo.



Merval
Pereira

merval@oglobo.com.br



Fisiologismo made in USA

NOVA YORK. O mais impressionante para nós, brasileiros, neste caso da prisão do governador de Illinois, Rod Blagojevich, acusado de negociar uma vaga no Senado por vantagens pessoais e políticas, é imaginar que esse tipo de "negociação" acontece no Brasil todos os dias, em todos os níveis governamentais, e ninguém vai preso. Ao contrário, há quem defenda tecnicamente esse tipo de "pragmatismo" político, alegando ser natural nas negociações partidárias a obtenção de cargos em troca de vantagens pessoais, seja um bom emprego público - o caso mais recente e escandaloso foi a pressão do PMDB do Rio para ficar com a presidência de Furnas -, seja um lugar no Ministério.

■ Agora mesmo estão em todos os noticiários sobre a sucessão das presidências da Câmara e do Senado supostas exigências do PMDB, nunca desmentidas, para não apresentar candidato que confronte o petista Tião Vianna.

No caso dos Estados Unidos, o procurador federal Patrick Fitzgerald disse que a conduta do governador democrata "faria Lincoln se contorcer na tumba", em referência ao ex-presidente americano Abraham Lincoln, que foi senador por Illinois.

O governador também foi acusado de usar os poderes do estado para constringer ilegalmente a empresa proprietária do jornal "Chicago Tribune", numa tentativa de forçar uma mudança editorial e a demissão de críticos de seu governo.

Também pesam sobre Blagojevich, solto sob fiança no final do dia, acusações de favorecer com vantagens pessoais e materiais seus financiadores de campanha eleitoral. Nada que nos seja estranho.

na campanha de Obama.

Foi justamente na substituição do presidente eleito que surgiu a confusão. Há indicações de que Obama gostaria de ver no cargo sua assessora Valerie Jarrett, cotada para um cargo na Casa Branca. No melhor estilo "fisiológico", Blagojevich foi grampeado falando uma linguagem chula, classificando de uma "oportunidade de ouro" a definição da vaga no Senado.

Segundo ele disse ao telefone, a decisão poderia lhe valer um cargo importante no futuro governo Obama - ele chegou a citar o cargo de ministro da Saúde - ou então um emprego de "seis números" (na casa do milhão de dólares por ano) com o apoio do milionário investidor Warren Buffet, muito próximo a Obama.

Numa das conversas com assessores, Blagojevich alega que o cargo é muito valioso "e não se abre mão de uma coisa dessas por nada". Chegou a ameaçar nomear-se para o Senado caso não obtivesse alguma vantagem pessoal na esco-

Vaga. André Cardoso tinha sido reeleito para mais um mandato

Prefeito de Pancas é encontrado morto na região rural

Por enquanto, hipótese é de que ele tenha sofrido um infarto. Laudo sobre a causa sai em 10 dias

MARCELA BETCHER

■ O prefeito da cidade de Pancas, no Norte do Estado, foi encontrado morto na manhã de ontem, na localidade de Córrego da Pratinha, região rural do município.

O corpo de André Cardoso de Campos (PMN) foi encontrado por populares que passaram pelo local. Ele estava dentro de seu carro, já sem vida, e foi encaminhado ao Departamento Médico Legal (DML) de Colatina.

O laudo da perícia sobre a causa da morte sai em dez dias, mas, por enquanto, a hipótese mais cogitada é a de que André Cardoso tenha sofrido um infarto fulminante do miocárdio. Em Pancas, moradores não escondem a comoção com o fato. De acordo com o vice-prefeito, Luiz Pedro Schumacher, a população do município está muito triste com a perda inesperada.

"Eu estou muito sentido com a morte dele. Foi um dos melhores prefeitos que Pancas já teve. Minha mulher tem problema de saúde e ele sempre nos ajudou. Agora é só uma grande tristeza. Todos nós vamos sentir muito a perda dele", dis-



LOCAL. O corpo de André Cardoso foi localizado em Córrego da Pratinha, dentro do carro dele

se Roberto da Silva Ribeiro, morador de Pancas.

VOTAÇÃO

André Cardoso foi reeleito na disputa municipal deste ano com 35,92% dos votos válidos na cidade. Com a morte dele, o vice-prefeito Luiz Pedro Schumacher assumirá a administração até o final do ano.

O juiz de direito e juiz eleitoral da cidade, Leandro Talfner Gomes, disse que vai decidir ainda esta semana quem vai assumir a prefeitura no próximo

mandato (2009-2012), que começa em 1º de janeiro do ano que vem.

"Outra eleição está fora de cogitação, pois a vitória foi muito apertada. Só haveria essa possibilidade se a votação tivesse sido por grande diferença. Eu devo tomar minha decisão até quinta-feira desta semana", explicou.

O corpo do prefeito André Cardoso chegou na cidade às 18h de ontem e está sendo velado no ginásio de esporte municipal. O enterro está previsto para as 10h de hoje, no cemitério local.



MANDATO. Cardoso foi reeleito com 35,92% dos votos válidos

GÊNESIS AZEVEDO

DIVULGAÇÃO

Acusações. Simões determinou que o processo volte a tramitar

Ação contra Mateusão é mantida

